

Anderson Schreiber

Manual de Direito Civil

Contemporâneo

2ª edição

2019

saraiva *jur*



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117876

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Íris Lopes Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Designios Editoriais
Revisão Caio Cobucci Leite
Silvana Cobucci

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Corprint

ISBN 978-85-53602-92-6

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Schreiber, Anderson

Manual de direito civil contemporâneo / Anderson Schreiber. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

18-1092

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 3-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605171 CAE 630642

11411931

Índice



<i>Apresentação</i>	5
---------------------------	---

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO 1 – Direito Civil e Ordenamento Jurídico

1. Unidade da ordem jurídica	45
2. Ramos do direito	45
3. Utilidade dos ramos do direito.....	46
4. O que é o direito civil?.....	47
5. Direito civil e liberalismo	47
6. As grandes codificações.....	48
7. A influência das grandes codificações na América Latina	49
8. Raízes do direito civil brasileiro	50
9. Intervenção do Estado e leis especiais.....	52
10. Constituição de 1988.....	52
11. Direito civil-constitucional.....	53
12. Código Civil de 2002.....	55
13. Alguns equívocos do Código Civil	56
14. Futuro do direito civil	57
15. Funcionalização dos institutos jurídicos	57
16. O papel do civilista	58

CAPÍTULO 2 – A Norma Jurídica

1. Fontes do direito.....	61
2. Pluralidade de fontes normativas	63
3. Vigência da lei	63
4. Vigência da lei no espaço	64

5. Eleição da lei aplicável nos negócios jurídicos	66
6. Vigência da lei no tempo	67
7. Revogação, ab-rogação e derrogação	67
8. Repristinação	67
9. Irretroatividade da lei	68
10. Proteção ao direito adquirido (Gabba)	68
11. A teoria objetiva de Roubier	69
12. Direito transitório no Brasil	69
13. Sacralização do direito adquirido	70
14. De volta à irretroatividade da lei	71

CAPÍTULO 3 – Interpretação da Norma Jurídica

1. Interpretação das normas jurídicas	73
2. <i>In claris fit interpretatio</i>	74
3. Escola da Exegese	74
4. Escola Histórica	74
5. Pandectística	75
6. Escola do Direito Livre	75
7. Uso alternativo do direito e o chamado direito alternativo	76
8. A interpretação hoje	77
9. Elementos de interpretação	77
10. Integração do direito	79
11. Analogia <i>legis</i>	80
12. Costume	81
13. Princípios gerais do direito (analogia <i>iuris</i>)	81
14. Integração-interpretação-aplicação como processo unitário	82

CAPÍTULO 4 – A Relação Jurídica

1. Relação jurídica	85
2. Situações jurídicas subjetivas	86
3. Direito subjetivo: apogeu e crise	87
4. Dever jurídico	89
5. Direito potestativo	89
6. Faculdade jurídica	90
7. Poder jurídico	90

8. Interesse legítimo	91
9. Ônus.....	92
10. Pretensão	93
11. Estado pessoal (<i>status</i>)	93
12. De volta à relação jurídica	94
13. Elementos da relação jurídica	94
14. O problema do sujeito da relação jurídica.....	95

CAPÍTULO 5 – A Pessoa Humana

1. Pessoa humana	97
2. Distinção em relação às pessoas jurídicas	98
3. Personalidade em sentido subjetivo	98
4. Personalidade em sentido objetivo	99
5. Início da personalidade	99
6. Tutela dos interesses do nascituro.....	99
7. Proteção jurídica dos embriões	101
8. A questão do aborto	102
9. Aborto de fetos anencéfalos (ADPF 54).....	103
10. O chamado direito de não nascer	104
11. Capacidade	106
12. Capacidade de direito.....	106
13. Capacidade de fato	107
14. Incapacidade absoluta × relativa.....	108
15. Incapacidade × falta de legitimação.....	108
16. Releitura das incapacidades	108
17. Interdição	110
18. Emancipação	110
19. Estatuto da Pessoa com Deficiência	111
20. Fim da personalidade	113
21. Eutanásia	114
22. Testamento biológico	115
23. Comoriência.....	117
24. Morte civil × morte presumida.....	118
25. Ausência	118
26. Fases da ausência	119
27. Efeitos existenciais da ausência	120
28. Retorno do ausente ou desaparecido.....	121

CAPÍTULO 6 – Direitos da Personalidade

1. Dignidade da pessoa humana	123
2. Autonomia existencial	125
3. O lançamento de anão	126
4. Direitos da personalidade	128
5. Características dos direitos da personalidade	129
6. Autolimitação aos direitos da personalidade	130
7. Direitos da personalidade no Código Civil de 2002	131
8. Direito ao próprio corpo	132
9. Mercado humano	133
10. O caso Moore	134
11. Exigência médica	135
12. Cirurgias de transgenitalização	135
13. <i>Wannabes</i>	136
14. Consentimento informado	137
15. Direito à privacidade	137
16. Proteção de dados pessoais	139
17. Direito ao nome	140
18. Direito à identidade pessoal	140
19. Direito à identidade pessoal das pessoas transgênero	141
20. Direito à honra	143
21. Direito de sátira	144
22. Direito à imagem	145
23. Colisão entre direitos da personalidade e liberdade de informação	147
24. A questão das biografias	150
25. Direito ao esquecimento	152
26. Instrumentos de tutela da personalidade	154
27. Tutela <i>post mortem</i> da personalidade	155
28. A marcha infinita da personalidade	156

CAPÍTULO 7 – A Pessoa Jurídica

1. Conceito	157
2. Natureza jurídica	158
3. Personificação do ente coletivo	160
4. Direitos da personalidade da pessoa jurídica: crítica	160
5. Função social da empresa	160
6. Classificação	161
7. Sociedades	162

8. EIRELIs	162
9. Associações	163
9.1. Início e extinção das associações	164
9.2. Associações na jurisprudência	165
10. Fundações	167
10.1. Início e extinção das fundações	168
11. Desconsideração da personalidade jurídica	168
12. Entes não personalizados	171

CAPÍTULO 8 – Domicílio

1. Conceito	173
2. Importância	174
3. Indeclinabilidade	175
4. Pluralidade de domicílios	175
5. Mudança de domicílio	175
6. Domicílio da pessoa jurídica	176
7. Espécies de domicílio	176
7.1. Domicílio civil × político	176
7.2. Domicílio profissional	177
7.3. Domicílio voluntário × necessário (e legal)	177
7.4. Domicílio geral × especial	178
8. Domicílio em uma leitura civil-constitucional	179

CAPÍTULO 9 – Bens

1. Bens ou coisas	181
2. Tendências atuais	183
3. Direito dos animais	184
4. Os bens no Código Civil de 2002	185
5. Bens móveis e imóveis	186
6. Definição de bens imóveis	187
7. Definição de bens móveis	188
8. Bens fungíveis e infungíveis	188
9. Infungibilidade dos bens imóveis	189
10. Efeitos da distinção	189
11. Bens consumíveis e inconsumíveis	190
12. Efeitos da distinção	191
13. Bens divisíveis e indivisíveis	191
14. Bens singulares e coletivos	192

15. Patrimônio.....	193
16. Bens principais e acessórios.....	194
17. Princípio da gravitação jurídica	194
18. Frutos e produtos	195
19. Benfeitorias	196
20. O problema das pertenças.....	197
21. Bens públicos	199
22. Bem de família.....	200
23. Evolução jurisprudencial do bem de família.....	202
24. Bem de família e <i>venire contra factum proprium</i>	204

CAPÍTULO 10 – Fato Jurídico

1. Fato jurídico	205
2. Crítica	206
3. Classificação dos fatos jurídicos	207
4. Fatos lícitos e ilícitos	207
5. Fatos lícitos.....	207
6. Ato jurídico em sentido estrito	209
7. Teoria do ato-fato	210
8. Análise funcional dos atos lícitos.....	211
9. Ato ilícito.....	211
10. Excludentes de ilicitude	212
11. Abuso do direito.....	213
12. Abuso do direito e boa-fé objetiva	213
13. Concepção objetiva do abuso do direito	214
14. Exemplos de aplicação jurisprudencial do abuso de direito	215
15. Ato abusivo × ato ilícito	216
16. Sistematização da teoria	218
17. Juízo de merecimento de tutela.....	218

CAPÍTULO 11 – Negócio Jurídico

1. Negócio jurídico	219
2. Crítica ao negócio jurídico	220
3. A nova autonomia privada	222
4. Três planos do negócio jurídico.....	224

5. Plano de existência.....	224
6. Plano de validade.....	225
6.1. A forma do negócio jurídico	225
6.2. Liberalidade das formas	226
6.3. Forma <i>ad solemnitatem e ad probationem tantum</i>	227
6.4. Forma × formalismo.....	227
6.5. Causa do negócio jurídico	228
7. Plano de eficácia	230
7.1. Modalidades do negócio jurídico	230
7.2. Condição.....	231
7.3. Condição suspensiva × resolutiva.....	231
7.4. Condição puramente potestativa.....	232
7.5. Condição simplesmente potestativa.....	233
7.6. Condição perplexa.....	233
7.7. Condição impossível	234
7.8. Termo	234
7.9. Efeitos do termo.....	235
7.10. Distinção entre termo e condição	235
7.11. Encargo	236
7.12. Efeitos do encargo	237
8. Negócios jurídicos unilaterais e bilaterais	237
9. Interpretação do negócio jurídico	237
10. Representação	240
10.1. <i>Procuratio</i>	240
10.2. <i>Contemplatio domini</i>	241
10.3. Representação × interposição.....	241
10.4. Representação sem mandato.....	242
10.5. Conflito de interesses	242
10.6. Representante aparente.....	244

CAPÍTULO 12 – Defeitos do Negócio Jurídico

1. Defeitos do negócio jurídico	245
2. Erro	246
2.1. Erro substancial	246
2.2. Erro incidental	247
2.3. Erro escusável	247

2.4.	Erro perceptível	248
2.5.	Perceptibilidade × escusabilidade do erro	249
2.6.	Erro de direito	250
2.7.	Exemplo de erro de direito	251
2.8.	Erro sobre motivo	251
2.9.	Teoria da pressuposição	252
2.10.	Conservação do negócio anulável por erro	254
3.	Dolo	255
3.1.	Dolo principal × dolo incidental	255
3.2.	<i>Dolus bonus</i>	255
3.3.	Dolo por omissão	256
3.4.	Dolo recíproco	256
4.	Coação	256
4.1.	<i>Vis compulsiva</i> × <i>vis absoluta</i>	257
4.2.	Avaliação da ameaça	257
4.3.	Supressão da equivalência do dano	257
5.	Lesão	258
5.1.	Elemento objetivo da lesão: desequilíbrio entre as prestações	260
5.2.	Elemento subjetivo da lesão: necessidade ou inexperiência	261
5.3.	Lesão e princípio do equilíbrio contratual	262
5.4.	Conservação do negócio jurídico	263
5.5.	Lesão e Código de Defesa do Consumidor	263
6.	Estado de perigo	264
6.1.	Elemento objetivo do estado de perigo: obrigação excessivamente onerosa	264
6.2.	Elemento subjetivo do estado de perigo: conhecida necessidade de salvar-se	265
6.3.	Conservação do negócio jurídico celebrado em estado de perigo	266
7.	Fraude contra credores	266
7.1.	<i>Eventus damni e consilium fraudis</i>	267
7.2.	Transmissão gratuita	267
7.3.	Transmissão onerosa	267
7.4.	Fraude contra credores × outras espécies de fraude	268
7.5.	Efeitos da fraude contra credores	268
8.	Ainda sobre os defeitos do negócio jurídico	269

CAPÍTULO 13 – Invalidade do Negócio Jurídico

1. Invalidade do negócio jurídico.....	271
2. Distinção entre nulidade e anulabilidade	271
3. Causas de nulidade	273
4. Simulação	273
4.1. Elementos da simulação	274
4.2. Simulação inocente.....	274
4.3. Simulação absoluta × relativa (dissimulação).....	275
4.4. Preservação do negócio jurídico dissimulado.....	275
4.5. Hipóteses de simulação	275
4.6. Alegação por quem simula.....	276
4.7. Terceiros de boa-fé.....	276
4.8. Exemplo jurisprudencial de simulação.....	277
5. Princípio da conservação dos negócios jurídicos	277
6. Conversão do negócio jurídico	278
7. Exemplos de conversão do negócio jurídico.....	278
8. Conversão substancial × formal	279
9. Conversão legal	280
10. Crítica aos requisitos da conversão.....	280
11. Redução do negócio jurídico.....	280
12. Atenuação dos rigores da nulidade diante do comportamento das partes	281
13. Necessidade de revisão crítica da teoria das nulidades	283
14. Teoria da inexistência	283
15. Crítica à teoria da inexistência	284
16. Negócios jurídicos inexistentes na jurisprudência.....	285

CAPÍTULO 14 – Prescrição e Decadência

1. Prescrição e decadência	287
2. Prescrição	288
2.1 Prescrição aquisitiva.....	288
2.2. Prescrição extintiva: três correntes	288
2.3. Conceito de prescrição	290
2.4. Duplo fundamento: releitura à luz dos valores constitucionais	290
2.5. Interrupção da prescrição	291
2.6. Taxatividade das causas de interrupção	293

2.7.	Reinício do prazo.....	293
2.8.	“Uma única vez”	293
2.9.	Pretensões contra a Fazenda Pública	294
2.10.	Impedimento e suspensão da prescrição	295
2.11.	Taxatividade das causas de impedimento e suspensão	296
2.12.	Ausência de pretensão	296
2.13.	Inalterabilidade dos prazos prescricionais	297
2.14.	Reconhecimento <i>ex officio</i>	297
2.15.	Renúncia à prescrição	298
2.16.	Termo inicial dos prazos prescricionais	299
2.17.	Prazos prescricionais.....	299
2.18.	Pretensões imprescritíveis	301
2.19.	Prescrição e danos morais	301
3.	Decadência	303
3.1.	Fatalidade do prazo decadencial	304
3.2.	Irrenunciabilidade e inalterabilidade do prazo decadencial	305
3.3.	Reconhecimento <i>ex officio</i>	305
3.4.	Decadência convencional	305
3.5.	Prazos de decadência	305
3.6.	Legislação especial	306
4.	Prescrição e decadência sob a ótica civil-constitucional.....	307
5.	Extinção de direitos <i>antes</i> do prazo e exercício de direitos <i>após</i> o prazo decadencial ou prescricional	307

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO 15 – Obrigações

1.	Direito das obrigações	313
2.	Conceito de obrigação	313
3.	Relação obrigacional	314
4.	Fonte das obrigações.....	314
5.	Elementos da obrigação.....	315
6.	Função da obrigação	316
7.	Patrimonialidade da obrigação	316
8.	Débito e responsabilidade.....	317
9.	Obrigação natural.....	317

10. Obrigação <i>propter rem</i> ≠ ônus reais.....	318
11. Modalidades de obrigações	319
11.1. Obrigação de dar	320
11.1.1. Obrigação de dar coisa certa	320
11.1.2. Obrigação de dar coisa incerta.....	321
11.2. Obrigação de fazer	321
11.3. Obrigação de não fazer	323
12. Obrigações cumulativas e alternativas	323
13. Escolha, concentração e especificação.....	324
14. Obrigação facultativa ou com faculdade de substituição	325
15. Obrigações com pluralidade de sujeitos.....	325
16. Obrigações indivisíveis	326
17. Obrigações solidárias.....	326
18. Solidariedade legal.....	327
19. Solidariedade convencional	328
20. Solidariedade ativa e passiva.....	329
21. Natureza jurídica da solidariedade.....	329
22. Renúncia à solidariedade	330
23. Transmissão das obrigações	331
24. Cessão de crédito e assunção de dívida	332
25. Eficácia da cessão de crédito.....	333
26. Cessão <i>pro soluto</i> e <i>pro solvendo</i>	333
27. Assunção de dívida.....	333
28. Assunção por expromissão e por delegação	334
29. Adjunção ou adesão à dívida.....	334
30. Cessão de posição contratual.....	335
31. Obrigações intransmissíveis	336
32. Obrigações de meio e obrigações de resultado.....	336

CAPÍTULO 16 – Adimplemento das Obrigações

1. Adimplemento das obrigações.....	339
2. Tríplice transformação do adimplemento	340
3. Requisitos do pagamento.....	341
3.1. Quem deve pagar	341
3.2. A quem se deve pagar.....	342
3.3. Objeto do pagamento.....	342

3.4. Lugar do pagamento.....	342
3.5. Tempo do pagamento.....	343
4. Prova do pagamento: quitação.....	344
5. Presunção de pagamento.....	344
6. Modalidades indiretas de pagamento.....	345
6.1. Pagamento em consignação.....	345
6.2. Pagamento com sub-rogação.....	346
6.3. Imputação do pagamento.....	346
6.4. Dação em pagamento.....	347
7. Modos de extinção da obrigação diversos do adimplemento.....	348
7.1. Novação.....	349
7.2. Compensação.....	350
7.3. Confusão.....	352
7.4. Remissão de dívida.....	354

CAPÍTULO 17 – Inadimplemento das Obrigações

1. Inadimplemento.....	357
2. Inadimplemento absoluto × mora.....	358
3. Mora.....	359
4. Requisitos da mora do devedor.....	360
5. Requisitos da mora do credor.....	360
6. Termo inicial da mora.....	361
6.1. Mora <i>ex re</i>	361
6.2. Mora <i>ex persona</i>	362
6.3. Mora em obrigações decorrentes de ato ilícito.....	363
7. Mora em obrigações negativas.....	364
8. Purga ≠ cessação da mora.....	365
9. Inadimplemento antecipado.....	365
10. Efeitos do inadimplemento antecipado.....	367
11. Violação positiva do contrato.....	368
12. Teoria do adimplemento substancial.....	370
13. Crítica à avaliação matemática do adimplemento substancial.....	371

CAPÍTULO 18 – Efeitos do Inadimplemento

1. Efeitos do inadimplemento relativo (mora).....	375
2. Efeitos do inadimplemento absoluto.....	376

3.	Perdas e danos	376
3.1.	Dano emergente	377
3.2.	Lucros cessantes.....	377
3.3.	Interesse contratual positivo e negativo	378
3.4.	Caráter subsidiário das perdas e danos.....	378
3.5.	Dano moral decorrente de inadimplemento	379
3.6.	Caso fortuito ou força maior	379
3.7.	Fortuito interno.....	380
3.8.	Cláusulas limitativas ou excludentes do dever de indenizar	380
4.	Juros moratórios	381
4.1.	Taxa legal de juros	382
4.2.	SELIC × CTN.....	383
4.3.	Desnecessidade de alegação de prejuízo	386
4.4.	Termo inicial dos juros moratórios.....	386
5.	Correção monetária.....	387
6.	Cláusula penal	387
6.1.	Obrigação acessória.....	389
6.2.	Cláusula penal compensatória × moratória	390
6.3.	Valor da cláusula penal.....	390
6.4.	Desnecessidade de alegação do prejuízo.....	391
6.5.	Indenização suplementar	392
6.6.	Redução equitativa da cláusula penal	392
7.	Arras	394
7.1.	Arras confirmatórias × penitenciais	395
7.2.	Pacto acessório e real.....	396
7.3.	Distinção entre arras penitenciais e cláusula penal.....	396
7.4.	Arras penitenciais e direito do consumidor	397
7.5.	Redução equitativa das arras	398

CAPÍTULO 19 – Enriquecimento sem Causa

1.	Pagamento indevido	399
2.	<i>Indebitum ex re × indebitum ex persona</i>	400
3.	Pagamento indevido e entrega de imóvel.....	401
4.	Pagamento indevido e dívida condicional.....	401
5.	Pagamento indevido e obrigação natural.....	401
6.	Pagamento indevido para fim ilícito.....	402

7. Enriquecimento sem causa.....	402
8. Requisitos do enriquecimento sem causa	404
9. Justa causa.....	405
10. Caráter subsidiário da <i>actio in rem verso</i>	406
11. Teoria do duplo limite	407
12. Lucro da intervenção	407
12.1. Enquadramento sistemático.....	408
12.2. Cumulatividade das pretensões restitutória e reparatória ...	409
12.3. Quantificação da obrigação de restituir o lucro da intervenção	409

CAPÍTULO 20 – Contratos: Noções Gerais

1. Contrato: origens.....	411
2. Consensualismo.....	412
3. O contrato no liberalismo jurídico	414
4. A morte do contrato?	415
5. O contrato no direito contemporâneo.....	418
6. Princípios tradicionais do direito dos contratos.....	420
7. Novos princípios do direito dos contratos.....	422
7.1. Boa-fé objetiva.....	423
7.1.1. Superutilização da boa-fé	424
7.1.2. <i>Venire contra factum proprium</i>	425
7.1.3. <i>Verwirkung</i> ou <i>suppressio</i>	426
7.2. Função social do contrato	427
7.3. Equilíbrio contratual	431
8. O contrato-fato.....	433
9. Classificação dos contratos	435
9.1. Contratos bilaterais e unilaterais	435
9.2. Contratos onerosos e gratuitos	437
9.3. Contratos comutativos e aleatórios	437
9.4. Contratos formais e informais	439
9.5. Contratos consensuais e reais	440
9.6. Contratos típicos e atípicos	442
9.7. Contratos de execução instantânea, diferida e continuada ..	442
9.8. Contratos relacionais e contratos cativos de longa duração	444
9.9. Contratos preliminares e definitivos	445
9.10. Contratos de adesão e contratos paritários	446
9.11. As chamadas condições contratuais gerais	448

9.12. Contratos principais e acessórios	450
9.13. Contratos coligados e redes contratuais	451
9.14. Contratos incompletos	452
9.15. Contratos eletrônicos	453
9.16. A alegada distinção entre contratos civis e contratos de consumo.....	456
9.17. A alegada distinção entre contratos civis e contratos empresariais	459

CAPÍTULO 21 – Formação e Interpretação dos Contratos

1. A formação do contrato no direito brasileiro.....	461
2. A proposta.....	463
3. Retratação e aditamento da proposta	464
4. Oferta ao público.....	465
5. <i>Invitatio ad offerendum</i>	466
6. A aceitação	466
7. Momento de formação do contrato.....	467
8. Lugar do contrato.....	469
9. A escolha da lei aplicável ao contrato.....	470
10. Negociações preliminares e responsabilidade pré-contratual	472
11. Um caso emblemático: o caso dos tomates	473
12. Carta de intenções e memorando de entendimentos.....	475
13. Acordos de confidencialidade	475
14. Contrato preliminar ou pré-contrato	477
15. Execução específica do contrato preliminar.....	478
16. Estipulação em favor de terceiro e promessa de fato de terceiro ...	479
17. Contrato com pessoa a declarar	480
18. Tutela externa do crédito.....	481
19. Interpretação dos contratos.....	484

CAPÍTULO 22 – Extinção dos Contratos

1. Extinção dos contratos.....	487
2. Resilição e resolução	488
3. Resilição.....	488
3.1. Resilição bilateral: distrato	488
3.2. Resilição unilateral.....	490
3.3. Resilição unilateral convencional	490

3.4.	Denúncia.....	491
3.5.	Suspensão de eficácia da denúncia.....	491
4.	Resolução	492
4.1.	Cláusula resolutiva tácita ou expressa.....	492
4.2.	Controle do exercício do direito de resolução.....	494
5.	Resolução contratual por onerosidade excessiva	495
5.1.	Antecedentes teóricos	495
5.1.1.	Cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	496
5.1.2.	Teoria da pressuposição	497
5.1.3.	Teorias da base do negócio.....	497
5.1.4.	Teoria da imprevisão	499
5.1.5.	<i>Doctrine of frustration</i>	501
5.1.6.	Teoria da excessiva onerosidade.....	503
5.2.	Desequilíbrio contratual superveniente no direito brasileiro	504
5.3.	Requisitos	505
5.3.1.	Contratos de execução continuada ou diferida.....	505
5.3.2.	Onerosidade excessiva.....	506
5.3.3.	Extrema vantagem.....	507
5.3.4.	Fatos imprevisíveis e extraordinários	509
5.4.	Efeitos.....	513
5.4.1.	Resolução do contrato	513
5.4.2.	Revisão judicial do contrato.....	515
5.5.	Dever de renegociar	516
6.	Frustração do fim do contrato	517
7.	Exceção do contrato não cumprido.....	518
8.	<i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i>	519
9.	Exceção de insegurança	519
10.	Vícios redibitórios	520
11.	Evicção.....	522
12.	Responsabilidade pós-contratual.....	524

CAPÍTULO 23 – Contratos em Espécie

1.	Contratos em espécie	526
2.	Qualificação contratual.....	526
3.	Compra e venda	527
3.1.	Elementos da compra e venda	528
3.2.	Classificação	530

3.3.	Efeito obrigacional da compra e venda	530
3.4.	Invalidade da compra e venda	531
3.5.	Compra e venda <i>ad corpus</i> × <i>ad mensuram</i>	531
3.6.	Pactos adjetos à compra e venda	532
3.6.1.	Retrovenda	532
3.6.2.	Venda a contento ou sujeita a prova.....	533
3.6.3.	Preempção ou preferência	534
3.6.4.	Venda com reserva de domínio	536
3.6.5.	Venda sobre documentos.....	536
3.7.	Compra e venda internacional de mercadorias.....	537
4.	Troca ou permuta	539
5.	Estimatório.....	540
6.	Doação.....	541
6.1.	Objeto da doação	543
6.2.	<i>Animus donandi</i>	543
6.3.	Forma escrita.....	544
6.4.	Classificação.....	544
6.5.	Espécies de doação.....	544
6.6.	Invalidade das doações.....	546
6.7.	Revogação da doação.....	547
6.8.	Promessa de doação	549
7.	Locação.....	549
7.1.	Características.....	550
7.2.	Locações especiais	550
7.3.	Disciplina geral da locação	551
7.3.1.	Elementos da locação	552
7.3.2.	Efeitos.....	552
7.3.3.	Extinção	552
7.4.	Locação de imóveis urbanos	553
7.4.1.	Características	554
7.4.2.	Elementos	554
7.4.3.	Efeitos	554
7.4.4.	Fiança e outras garantias	556
7.4.5.	Cessão e sublocação	557
7.4.6.	<i>Shopping center</i>	557
7.4.7.	Extinção	559
8.	<i>Leasing</i>	559

9.	Comodato.....	562
9.1.	Características.....	562
9.2.	Elementos.....	563
9.3.	Efeitos.....	564
9.4.	Extinção.....	564
10.	Mútuo.....	565
10.1.	Características.....	565
10.2.	Elementos.....	567
10.3.	Efeitos.....	567
10.4.	Mútuo de dinheiro.....	568
10.5.	Extinção.....	571
11.	Prestação de serviços.....	571
11.1.	Características.....	573
11.2.	Elementos.....	573
11.3.	Tutela externa do crédito.....	574
11.4.	Extinção.....	575
12.	Empreitada.....	576
12.1.	Elementos.....	577
12.2.	Características.....	577
12.3.	Efeitos.....	578
12.4.	Variação de preços e risco do empreiteiro.....	578
12.5.	Extinção × suspensão.....	579
12.6.	Responsabilidade do empreiteiro.....	580
12.7.	Proteção do autor do projeto.....	581
13.	Depósito.....	581
13.1.	Espécies de depósito.....	582
13.2.	Efeitos.....	583
13.3.	Direito de retenção.....	584
13.4.	Uso da coisa depositada.....	584
13.5.	Extinção.....	584
13.6.	Prisão civil do depositário infiel.....	585
14.	Mandato.....	586
14.1.	Elementos.....	587
14.2.	Características.....	588
14.3.	Procuração.....	589
14.4.	Conflito de interesses.....	589

14.5. Espécies de mandato.....	590
14.6. Efeitos do mandato.....	591
14.7. Atuação <i>ultra vires mandati</i>	592
14.8. Abuso de poder do mandatário.....	592
14.9. Substabelecimento.....	593
14.10. Extinção do mandato	593
14.11. Procuração em causa própria.....	594
14.12. Mandato judicial.....	595
15. Comissão	596
15.1. Elementos	597
15.2. Características.....	598
15.3. Efeitos da comissão	598
15.4. Cláusula <i>del credere</i>	598
15.5. Extinção	599
16. Agência	599
16.1. Elementos	600
16.2. Características.....	602
16.3. Efeitos.....	602
16.4. Extinção	603
17. Distribuição.....	604
17.1. Distribuição e concessão mercantil	605
18. Corretagem	605
18.1. Elementos	606
18.2. Características.....	607
18.3. Efeitos.....	607
18.4. Extinção	608
18.5. O problema do registro do corretor.....	609
19. Transporte	609
19.1. Elementos	610
19.2. Características.....	611
19.3. Efeitos.....	612
19.3.1. Transporte de pessoas	612
19.3.2. Transporte de coisas	614
19.4. Responsabilidade civil do transportador aéreo.....	614
19.5. Transporte cumulativo.....	615
19.6. Extinção	616

20. Seguro.....	617
20.1. Espécies.....	617
20.2. Elementos.....	617
20.3. Características.....	618
20.4. Efeitos.....	619
20.5. Efeitos sobre terceiros.....	620
20.6. A boa-fé no contrato de seguro.....	621
20.7. Cláusula perfil.....	622
20.8. Seguro de vida do companheiro.....	624
20.9. A questão do suicídio no seguro de vida.....	624
20.10. Acidentes provocados por embriaguez.....	625
20.11. Cosseguro e resseguro.....	626
20.12. Extinção do contrato de seguro.....	626
21. Constituição de renda.....	627
21.1. Elementos.....	627
21.2. Características.....	628
21.3. Efeitos.....	628
21.4. Extinção.....	629
22. Jogo e aposta.....	629
22.1. Características.....	630
22.2. Efeitos.....	630
23. Fiança.....	632
23.1. Elementos.....	632
23.2. Características.....	633
23.3. Efeitos.....	633
23.4. Benefício de ordem ou excussão.....	634
23.5. Benefício de divisão.....	634
23.6. Outorga uxória ou marital para fiança.....	634
23.7. Sub-rogação do fiador.....	635
23.8. Responsabilidade do fiador na prorrogação do contrato de locação.....	635
23.9. Penhorabilidade do imóvel do fiador.....	635
23.10. Extinção.....	636
24. Transação.....	637
25. Compromisso.....	638

CAPÍTULO 24 – Responsabilidade Civil

1.	Responsabilidade por ato ilícito ou responsabilidade subjetiva	639
2.	Análise dos elementos do ato ilícito	640
3.	Culpa	641
3.1.	Da culpa psicológica à culpa normativa	641
3.2.	Irrelevância dos graus de culpa	641
3.3.	Culpa desproporcional: parágrafo único do art. 944.....	642
3.4.	Responsabilidade objetiva ou sem culpa.....	642
3.5.	Responsabilidade objetiva no Brasil.....	644
3.6.	Cláusula geral de responsabilidade objetiva por atividades de risco	645
4.	Dano.....	647
4.1.	Certeza e atualidade do dano	648
4.2.	Espécies de dano.....	648
4.3.	Dano patrimonial.....	648
4.4.	Perda da chance	650
4.5.	Dano moral.....	652
4.6.	Um caso emblemático	652
4.7.	O chamado dano moral <i>in re ipsa</i>	653
4.8.	Quantificação do dano moral.....	655
4.9.	<i>Punitive damages</i>	656
4.10.	Dano moral à pessoa jurídica	658
4.11.	O chamado dano moral coletivo.....	659
5.	Nexo de causalidade.....	662
5.1.	Teoria da causa direta e imediata	662
5.2.	Subteoria da necessariedade causal	663
5.3.	A flexibilização do nexos causal	663
5.4.	Teoria da causalidade alternativa	664
5.5.	Excludentes de causalidade	665
6.	Erosão dos filtros da reparação.....	666
7.	Dever de reparar	667
8.	Reparação não pecuniária dos danos morais.....	668
8.1.	Retratação pública	668
8.2.	Retratação privada	669
8.3.	Outros meios não pecuniários de reparação	671
9.	Responsabilidade contratual × extracontratual.....	673
10.	Responsabilidade civil do Estado	674

CAPÍTULO 25 – Direito do Consumidor

1. Direito do consumidor.....	677
2. Relação de consumo.....	678
3. Fornecedor	678
4. Consumidor	679
5. Consumidor por equiparação.....	680
6. Direitos básicos do consumidor	681
7. Proteção à saúde e segurança do consumidor	681
8. Responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço	682
9. Dicotomia entre fato e vício do produto ou serviço.....	684
10. Riscos de desenvolvimento.....	685
11. Desconsideração da personalidade jurídica	686
12. Proteção contratual do consumidor.....	686

CAPÍTULO 26 – Atos Unilaterais e Preferências Creditórias

1. Conceito de atos unilaterais.....	689
2. Promessa de recompensa	690
2.1. Espécies.....	690
2.2. Requisitos	690
2.3. Revogabilidade	691
2.4. Beneficiário da promessa	691
3. Gestão de negócios.....	691
3.1. Distinção entre gestão de negócios e mandato	692
3.2. Natureza jurídica da gestão.....	692
4. Preferências creditórias.....	693
4.1. Privilégios	693
4.2. Privilégios gerais e especiais.....	693
4.3. Direitos reais de garantia.....	694
4.4. Confronto entre preferências.....	694
4.5. Por um novo tratamento da insolvência.....	696

DIREITOS REAIS**CAPÍTULO 27 – Introdução aos Direitos Reais**

1. Direitos reais	699
2. Distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	700

3. Crítica à distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	701
4. A questão da tipicidade dos direitos reais	704
5. Tipicidade × taxatividade.....	705
6. Classificação dos direitos reais	706
7. Aquisição de direitos reais	707

CAPÍTULO 28 – Posse

1. O que é a posse	709
2. Teorias da posse: Savigny × Ihering.....	710
3. A posse no Código Civil brasileiro.....	713
4. <i>Ius possidendi</i> × <i>ius possessionis</i>	714
5. Autonomia da posse	715
6. Função social da posse.....	716
7. Natureza jurídica da posse.....	718
8. Posse direta e indireta.....	719
9. Fâmulo da posse.....	719
10. Posse justa e injusta.....	720
11. Interversão da posse	720
12. Posse de boa-fé e de má-fé	721
13. Justo título	721
14. Crítica à expressão posse de má-fé.....	722
15. Composse	723
16. Aquisição da posse.....	723
17. Constituto-possessório e cláusula <i>constituti</i>	724
18. Aquisição originária e derivada da posse	725
19. Atos de mera tolerância.....	725
20. Acessão de posse	725
21. Perda da posse.....	725
22. Efeitos da posse	726
22.1. Direito aos frutos	726
22.2. Direito à indenização e retenção de benfeitorias	727
22.3. Posse <i>ad usucapionem</i>	728
22.4. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	728
22.5. Interditos possessórios.....	729
22.5.1. Ação de manutenção de posse	730
22.5.2. Ação de reintegração de posse.....	730

22.5.3. Interdito proibitório	731
22.5.4. Procedimento especial ou ordinário.....	731
22.5.5. Fungibilidade das ações possessórias	732
22.5.6. Cumulação de pedidos	732
22.5.7. Caráter dúplice das ações possessórias.....	732
22.5.8. <i>Exceptio domini</i>	732
22.5.9. Atualidade dos interditos possessórios	733
23. Posse de direitos	733
24. Posse de bens incorpóreos	734
25. Posse de bens públicos	734

CAPÍTULO 29 – Propriedade

1. Propriedade.....	737
2. Função social da propriedade.....	738
3. Pluralidade de estatutos proprietários	740
4. Função social da propriedade na Constituição brasileira	740
5. Função social da propriedade no Código Civil	743
6. A chamada expropriação judicial.....	744
6.1. Natureza jurídica controvertida	744
6.2. Aplicação prática	747
6.3. Aplicabilidade a bens públicos	748
7. Perfil estrutural da propriedade.....	748
8. Modos de aquisição da propriedade imóvel.....	750
8.1. Usucapião de bem imóvel	751
8.1.1. Fundamento	753
8.1.2. Coisas usucapíveis.....	753
8.1.3. Requisitos da usucapião	753
8.1.4. Usucapião ordinária ≠ extraordinária	754
8.1.5. Usucapião tabular.....	755
8.1.6. Modalidades especiais de usucapião	756
8.1.7. Usucapião extrajudicial.....	758
8.2. Acesso	759
8.2.1. Acessões ≠ benfeitorias	760
8.2.2. Acesso invertida	760
8.3. Aquisição pelo registro	761
8.3.1. Sistema alemão	762
8.3.2. Sistema francês.....	762

8.3.3.	Sistema brasileiro.....	762
8.3.4.	Princípios registrais.....	763
8.3.5.	Aspectos formais da transcrição.....	764
8.3.6.	Retificação, anulação e cancelamento do registro....	765
9.	Modos de aquisição da propriedade móvel	765
9.1.	Ocupação	766
9.1.1.	Diferença entre ocupação e descoberta.....	766
9.2.	Achado do tesouro	766
9.3.	Especificação	767
9.4.	Confusão, comistão e adjunção.....	767
9.5.	Tradição	768
9.6.	Usucapião de bem móvel	768
10.	Perda da propriedade.....	769
11.	Limitações ao direito de propriedade.....	769
12.	Propriedade resolúvel.....	771
12.1.	Efeitos.....	772
12.2.	Propriedade resolúvel ≠ propriedade <i>ad tempus</i>	772
13.	Propriedade fiduciária.....	773
13.1.	Negócio fiduciário ≠ negócio indireto.....	773
13.2.	Usos da propriedade fiduciária	774
13.3.	<i>Trust</i>	774
13.4.	Alienação fiduciária em garantia.....	774

CAPÍTULO 30 – Direito de Vizinhança

1.	Direito de vizinhança.....	777
2.	Vizinhança ≠ contiguidade.....	778
3.	Fundamento.....	778
4.	Natureza jurídica.....	779
5.	Disciplina do direito de vizinhança	779
6.	Classificação dos direitos de vizinhança	780
7.	Uso anormal da propriedade.....	780
7.1.	Teoria da imissão corpórea.....	780
7.2.	Teoria do uso normal	781
7.3.	Teoria da necessidade	782
7.4.	Teoria mista de San Tiago Dantas.....	782
7.5.	Uso anormal no Código Civil de 2002	783
7.6.	Exemplos jurisprudenciais	784

7.7. Instrumentos de tutela	785
8. Direitos especiais de vizinhança.....	786
9. O futuro do direito de vizinhança.....	788

CAPÍTULO 31 – Condomínio

1. Condomínio	789
2. Relações internas e externas.....	790
3. Natureza jurídica.....	790
4. Espécies de condomínio	791
5. Condomínio geral	791
5.1. Direitos dos condôminos	792
5.2. Direito de divisão	792
5.3. Renúncia à parte ideal.....	792
5.4. Deveres dos condôminos.....	793
5.5. Administração do condomínio	793
5.6. Extinção do condomínio	794
5.7. Condomínio <i>pro diviso</i>	794
5.8. Condomínio forçado	794
6. Condomínio edilício	795
6.1. Utilidade social	796
6.2. Natureza jurídica	796
6.3. Evolução legislativa	797
6.4. Características	797
6.5. Constituição do condomínio edilício	798
6.6. Convenção de condomínio.....	799
6.7. Direitos do condômino no condomínio edilício	800
6.8. Deveres do condômino no condomínio edilício	800
6.9. Administração do condomínio edilício	802
6.10. Síndico	802
6.11. Direito de voto do locatário.....	803
6.12. Exclusão de condômino	803
6.13. Extinção do condomínio edilício	804
6.14. Condomínio de lotes	805
6.15. Condomínio urbano simples	806
7. Condomínio de fato	807
7.1. Loteamento de acesso controlado.....	808
8. Condomínios especiais	808

8.1. Multipropriedade imobiliária	808
8.2. <i>Flat service</i>	809
8.3. <i>Shopping center</i>	809
9. Incorporação imobiliária	810

CAPÍTULO 32 – Direitos Reais sobre Coisa Alheia

1. <i>Jura in re aliena</i>	813
2. Direito de superfície.....	814
2.1. Dupla disciplina.....	814
2.2. Estatuto da Cidade ≠ Código Civil.....	815
3. Servidões	815
3.1. Servidões contínuas e descontínuas.....	816
3.2. Servidões aparentes e não aparentes.....	816
3.3. Constituição das servidões.....	816
3.4. Exercício das servidões	817
3.5. Extinção das servidões.....	817
3.6. Servidões legais	818
4. Usufruto	818
4.1. Objeto do usufruto	818
4.2. Direitos e deveres do usufrutuário.....	818
4.3. Extinção do usufruto.....	819
4.4. Usufruto legal	819
5. Uso	820
6. Habitação	820
7. Direito real de habitação do cônjuge sobrevivente	821
8. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	821
9. Concessão de direito real de uso	823
10. Direito de laje.....	823
11. Direito do promitente comprador.....	826
11.1. Natureza jurídica	826
11.2. Promessa de compra e venda e hipoteca	827
12. Enfitese	828

CAPÍTULO 33 – Direitos Reais de Garantia

1. Direitos reais de garantia	829
2. Sequela e preferência	830
3. Publicidade e especialização.....	831

4.	Indivisibilidade	832
5.	Acessoriedade.....	832
6.	Natureza jurídica: <i>jus in re aliena</i>	833
7.	Espécies	834
7.1.	Penhor	834
7.1.1.	Espécies de penhor	835
7.1.2.	Constituição e registro do penhor	835
7.1.3.	Coisa móvel	835
7.1.4.	Direitos do credor pignoratício.....	836
7.1.5.	Pacto comissório ≠ pacto marciano	837
7.1.6.	Crítica ao pacto marciano	837
7.1.7.	Direito à venda antecipada.....	838
7.1.8.	Deveres do credor pignoratício.....	839
7.1.9.	Extinção do penhor	839
7.1.10.	Modalidades especiais de penhor	841
7.1.10.1.	Penhor rural: agrícola e pecuário.....	841
7.1.10.2.	Penhor industrial ou mercantil	842
7.1.10.3.	Cédula de crédito pignoratício.....	842
7.1.10.4.	Penhor de direitos	843
7.1.10.5.	Penhor de títulos de crédito	843
7.1.10.6.	Penhor de veículos.....	844
7.1.10.7.	Penhor legal.....	845
7.1.10.8.	Penhor de recebíveis.....	846
7.1.11.	Penhor sucessivo e subpenhor	847
7.2.	Hipoteca.....	847
7.2.1.	Constituição da hipoteca	848
7.2.2.	Acessoriedade	849
7.2.3.	Espécies.....	849
7.2.4.	Hipoteca de segundo grau	849
7.2.5.	Eficácia <i>erga omnes</i>	850
7.2.6.	Prazo da hipoteca	851
7.2.7.	Extinção da hipoteca	851
7.2.8.	Cédula hipotecária	852
7.2.9.	Hipoteca cedular.....	852
7.2.10.	Hipoteca legal	853
7.2.11.	Hipoteca judiciária	853
7.3.	Anticrese.....	854
7.4.	Alienação fiduciária em garantia.....	855

7.4.1. Natureza jurídica	855
7.4.2. Desdobramento da posse.....	856
7.4.3. Vedação ao pacto comissório.....	856
7.4.4. Venda extrajudicial.....	857
7.4.5. Prisão civil do fiduciante	857
7.4.6. Alienação fiduciária de veículos.....	858

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO 34 – Direito de Família

1. A família	861
2. O direito de família	863
3. Princípios constitucionais da família	863
4. Livre planejamento familiar	864
5. Paternidade responsável	865
6. Papel do Estado na família.....	866
7. Entidades familiares	866
7.1. <i>Numerus apertus</i>	866
7.2. Requisitos	867
7.3. Crítica.....	868
7.4. Famílias simultâneas.....	869
7.4.1. Uniões estáveis simultâneas.....	870
7.4.2. O problema do concubinato	872
7.4.3. Súmula STF 380.....	874
7.4.4. Inconstitucionalidade do art. 1.727.....	876
7.4.5. Companheiro de boa-fé.....	877
8. Parentesco	877
8.1. Efeitos do parentesco	878
8.2. Linhas e graus de parentesco	879
8.3. Afinidade	880
8.4. Cônjuge e companheiro	880
9. Direitos da criança e do adolescente.....	881
10. Um caso emblemático.....	883
11. Filiação.....	883
11.1. Presunção <i>pater is est</i>	884
11.2. Reconhecimento de filhos.....	886
11.2.1. Reconhecimento voluntário	886

11.2.2.	Reconhecimento judicial.....	887
11.2.3.	Exame de DNA	887
11.2.4.	Relativização da coisa julgada	888
11.2.5.	Paternidade socioafetiva.....	888
11.2.6.	Multiparentalidade.....	889
11.2.7.	Efeitos da multiparentalidade.....	890
11.2.8.	Reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva.....	893
11.2.9.	Reconhecimento extrajudicial de multiparentalidade	893
11.2.10.	Filiação assistida	894
	11.2.10.1. Inseminação artificial homóloga	895
	11.2.10.2. Inseminação artificial heteróloga	897
	11.2.10.3. Gestação de substituição	899
11.3.	Autoridade parental.....	900
	11.3.1. Disciplina normativa.....	901
	11.3.2. Titularidade da autoridade parental	901
	11.3.3. Exercício da autoridade parental.....	903
	11.3.4. Guarda	903
	11.3.5. Guarda compartilhada.....	904
	11.3.6. Extinção da autoridade parental.....	905
	11.3.7. Suspensão da autoridade parental	905
	11.3.8. Perda da autoridade parental.....	906
	11.3.8.1. Castigo imoderado	907
	11.3.8.2. Abandono do menor	908
	11.3.8.3. Abandono afetivo	908
	11.3.8.4. Alienação parental.....	909
	11.3.8.5. Autoalienação parental	910
11.4.	Adoção	910
	11.4.1. Origens.....	910
	11.4.2. Disciplina normativa.....	911
	11.4.3. Crítica à Lei n. 12.010/2009	913
	11.4.4. Interesse do adotando.....	913
	11.4.5. Concordância do adotando maior de 12 anos.....	914
	11.4.6. Consentimento dos pais ou representantes legais do adotando	914
	11.4.7. Estágio de convivência	914
	11.4.8. Processo judicial.....	915
	11.4.9. Requisitos do adotante.....	915

11.4.10. Adoção por ascendentes	915
11.4.11. Adoção por casal homoafetivo.....	916
11.4.12. Adoção por divorciados.....	917
11.4.13. Efeitos da adoção.....	917
11.4.14. Plena equiparação entre filhos	918
11.4.15. Extinção do vínculo com a família original.....	918
11.4.16. Direito ao conhecimento da origem biológica	918
11.4.17. Mudança de nome	919
11.4.18. Adoção à brasileira.....	919
11.4.19. Adoção internacional	919

CAPÍTULO 35 – Casamento

1. Casamento	921
2. Natureza jurídica (casamento ≠ contrato).....	922
3. Espécies de casamento.....	924
4. Paradigma da reserva familiar	925
5. Capacidade para o casamento	926
6. Impedimentos matrimoniais	926
7. Causas suspensivas do casamento.....	928
8. <i>Turbatio sanguinis</i>	928
9. Casamento inexistente.....	929
10. Casamento nulo.....	930
11. Casamento anulável	930
11.1. Erro essencial	930
12. Casamento putativo.....	931
13. Formação do casamento.....	931
14. Efeitos do casamento	932
15. Regime de bens.....	932
15.1. Regime legal supletivo.....	933
15.2. Mutabilidade.....	933
15.3. Pacto antenupcial	934
15.4. Regime da comunhão universal	935
15.4.1. Proventos do trabalho.....	936
15.4.2. Pensão previdenciária	936
15.5. Regime da comunhão parcial.....	937
15.6. Regime da separação de bens	938
15.7. Separação legal de bens	938
15.7.1. Súmula 377 do STF	938

15.7.2. Inconstitucionalidade.....	940
15.8. Regime de participação final nos aquestos.....	940
16. Dissolução do casamento	941
16.1. Fim da separação judicial	942
16.2. Divórcio	943
16.2.1. Divórcio extrajudicial.....	944
16.2.2. Divórcio e autoridade parental	944

CAPÍTULO 36 – União Estável e Outras Entidades Familiares

1. União estável	945
2. União estável <i>versus</i> casamento.....	946
3. Características.....	947
4. Relações patrimoniais na união estável.....	948
5. Deveres dos companheiros	948
6. Uniões estáveis simultâneas	949
7. Extinção da união estável.....	950
8. Outras entidades familiares	951
9. União homoafetiva.....	951
10. Casamento civil homoafetivo	952
11. União poliafetiva	952

CAPÍTULO 37 – Alimentos, Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada

1. Alimentos	955
1.1. Espécies de alimentos	955
1.2. Possibilidade e necessidade	957
1.3. Proporcionalidade	957
1.4. Características dos alimentos.....	957
1.4.1. Irrepetibilidade	958
1.4.2. Irrenunciabilidade	959
1.5. Duração dos alimentos	959
1.6. Quantificação dos alimentos	960
1.7. Revisão dos alimentos.....	961
1.8. Prestação de contas.....	961
1.9. Cessação dos alimentos	962
1.10. Indignidade.....	962
2. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada	963
2.1. Tutela.....	963

2.1.1.	Nomeação do tutor.....	964
2.1.2.	Tutela testamentária.....	964
2.1.3.	Tutela legítima.....	964
2.1.4.	Tutela dativa.....	964
2.1.5.	Tutor único para irmãos.....	965
2.1.6.	Incapacidade para tutela.....	965
2.1.7.	Escusa da tutela.....	965
2.1.8.	Protutor.....	966
2.1.9.	Exercício da tutela.....	966
2.1.10.	Cessação da tutela.....	966
2.2.	Curatela.....	967
2.2.1.	Posicionamento da matéria.....	967
2.2.2.	Distinção entre tutela e curatela.....	968
2.2.3.	Curatela do menor.....	968
2.2.4.	Interdição.....	968
2.2.5.	Limites da curatela.....	969
2.2.6.	Exercício da curatela.....	969
2.2.7.	Cessação da curatela e levantamento da interdição.....	969
2.2.8.	Curatela das pessoas com deficiência.....	970
2.3.	Tomada de decisão apoiada.....	970

DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO 38 – Sucessões

1.	Direito hereditário.....	977
2.	Fundamento da heranç�a.....	978
3.	Crítica � heranç�a.....	978
4.	Espécies de sucessão.....	980
5.	Princípios do direito sucessório.....	980
6.	Heranç�a.....	980
7.	Capacidade para suceder.....	981
7.1.	Comoriência.....	982
7.2.	Nascituros e concebidos.....	982
7.3.	Curador de ventre.....	982
7.4.	Prole <i>post mortem</i>	983
7.5.	Prole eventual.....	984

7.6. Sucessora pessoa jurídica	984
7.7. Ao tempo do óbito.....	985
8. Abertura da sucessão	985
9. <i>Droit de saisine</i>	985
10. Aceitação da herança	986
11. Aceitação direta e indireta	986
12. Benefício de inventário.....	987
13. Renúncia da herança.....	987
14. Herança jacente	988
15. Herança vacante	989
16. Indignidade.....	989
17. Deserdação.....	992

CAPÍTULO 39 – Sucessão Legítima

1. Sucessão legítima	995
2. Herdeiros legítimos	995
3. Herdeiros necessários	996
4. Proteção da legítima	996
5. Cálculo da legítima	997
6. Redução das liberalidades	997
7. Colação	998
8. Modos de suceder	998
8.1. Sucessão <i>jure proprio</i>	998
8.2. Sucessão <i>jure representationis</i>	999
8.3. Sucessão <i>jure transmissionis</i>	1000
9. Modos de partilhar a herança.....	1000
10. Vocação hereditária	1000
11. Sucessão do cônjuge.....	1001
11.1. Concorrência com os descendentes.....	1001
12. Sucessão do companheiro	1004
13. Multiparentalidade	1006

CAPÍTULO 40 – Sucessão Testamentária

1. Testamento	1007
2. Conteúdo existencial do testamento.....	1008
3. Natureza jurídica do testamento	1009
4. Capacidade para testar	1010

5.	Formalismo no testamento.....	1011
6.	Espécies de testamento.....	1011
6.1.	Testamento público	1012
6.2.	Testamento cerrado	1012
6.3.	Testamento particular	1013
6.4.	Testamento marítimo, aeronáutico e militar	1014
6.5.	Testamento nuncupativo	1014
6.6.	Codicilo.....	1015
6.7.	Legado	1015
6.7.1.	Liberalidade	1015
6.7.2.	Sucessão a título singular	1016
6.7.3.	Fonte testamentária	1016
6.7.4.	Espécies de legado.....	1017
6.7.5.	Pagamento do legado.....	1017
6.7.6.	Extinção e caducidade do legado	1018
7.	Disposições testamentárias	1019
7.1.	Nomeação de herdeiro ou legatário	1019
7.2.	Cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade.....	1020
8.	Interpretação do testamento	1021
9.	Substituição testamentária	1021
9.1.	Substituição ordinária.....	1022
9.2.	Substituição recíproca	1022
9.3.	Fideicomisso.....	1023
9.4.	Conversão legal em usufruto	1023
9.5.	Distinção em relação à deixa em favor de prole eventual	1024
9.6.	Propriedade resolúvel do fiduciário.....	1024
9.7.	Transmissão dos bens ao fideicomissário	1025
9.8.	Fideicomissário ainda não concebido ao tempo da substituição	1025
9.9.	Falecimento do fiduciário.....	1026
9.10.	Falecimento do fideicomissário	1026
9.11.	Caducidade do fideicomisso	1026
9.12.	Fideicomisso <i>inter vivos</i> ?.....	1027
10.	Direito de acrescer.....	1027
11.	Testamenteiro.....	1028
11.1.	Aceitação do testamenteiro	1029
11.2.	Função indelegável.....	1029

11.3. Testamenteiro universal × particular	1029
11.4. Atribuições do testamenteiro	1030
11.5. Prêmio ou vintena	1030
11.6. Renúncia do testamenteiro	1030
11.7. Cessação da testamentaria	1031
12. Revogação do testamento	1031
12.1. Revogação expressa	1031
12.2. Revogação tácita	1032
12.3. Rompimento do testamento	1032
12.4. Caducidade do testamento	1033
12.5. Invalidez do testamento	1033
12.6. Prazo para invalidação	1033

CAPÍTULO 41 – Inventário e Partilha

1. Inventário	1035
1.1. Inventário extrajudicial	1035
1.2. Inventário judicial	1036
1.3. Inventário negativo	1036
1.4. Inventariante	1036
1.4.1. Administração provisória da herança	1037
1.4.2. Nomeação do inventariante	1037
1.4.3. Atribuições do inventariante	1037
1.4.4. Remoção do inventariante	1038
1.5. Processamento do inventário	1038
2. Partilha	1038
2.1. Espécies de partilha	1039
2.1.1. Partilha amigável	1039
2.1.2. Partilha judicial	1039
2.2. Partilha em vida	1040
2.3. Anulação da partilha	1040
2.4. Garantia dos quinhões hereditários	1040
3. Sonegados	1041
4. Petição de herança	1041
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	1043
<i>Bibliografia</i>	1065